
UM DIA NO MUSEU: QUESTÕES PARA AVALIAÇÃO

Lina Maria Brandão de Aras
DH/UFBA
laras@ufba.br

A instituição museu teve seu número ampliado nas últimas décadas em decorrência da valorização da cultura material e imaterial e a consolidação da função do museu como espaço privilegiado de pesquisa. A ciência museológica foi considerada, durante muito tempo, como a ciência dos museus, como a disciplina que estudava exclusivamente as práticas desenvolvidas no interior dessas instituições. A partir da década de 70, com a ampliação do conceito de museu e de patrimônio, esse paradigma passou a ser questionado pelos estudiosos da área, a exemplo do museólogo russo A. M. Razgon, que, em 1982, definia a museologia como “uma ciência social que estuda os objetos de museu como fonte de conhecimento”, definindo essa disciplina como uma ciência social que percebe o objeto museológico como fonte de conhecimento.

As discussões realizadas em Santiago do Chile, no início dos anos setenta, levaram a considerar a instituição museu como o gestor do cotidiano da comunidade o que contribuiu para o surgimento do conceito de Patrimônio Integral, pois o patrimônio deixou de ser classificado por categorias específicas de sua própria natureza (cultural, natural, tangível e intangível), passando, o museu, a agir diretamente com a comunidade. Horta ao comentar documento produzido no Chile, afirmou:

A função do museu no documento de Santiago, ainda postula a `intervenção` no meio social e no seu território, cabendo-lhe ainda um papel de `mestre`, conscientizando o público sobre a necessidade da `preservação` do patrimônio cultural e natural. Ainda temos um museu cheio de certezas, definidor de um discurso, por mais revolucionário, ainda monológico. A idéia de `museu`, em sua nova forma `integral` ainda é nebulosa, com um `papel` (representação, imagem?) a ser desempenhado, que se configura mais ideologicamente, politicamente, socialmente do que funcionalmente, especificamente, tecnicamente, pragmaticamente.”

Estas discussões conceituais trouxeram para o contexto museológico antagonismos que contribuíram para o desencadeamento de um movimento em prol de uma nova reflexão sobre a museologia e a possibilidade da instituição museu lançar seu olhar sobre a realidade circundante o que contribuiu para o surgimento de uma nova corrente museológica, onde o tratamento dispensado ao objeto está relacionado ao seu contexto, fazendo com que as ações desenvolvidas saíam do edifício e passem a ser exercidas de forma participativa pela comunidade. A divergência existente entre as duas vertentes contribui não só para a abertura de novas tipologias de museus, a exemplo dos museus abertos, dos museus de sítio, do eco museu e dos museus de vizinhança, dentre outros.

Ao analisarmos as trajetórias do museu e da Museologia, observamos que elas têm seguido seu caminho paralelo ao da História. Quando a História se preocupava apenas com o factual, com um único recorte da sociedade, o museu e a Museologia enveredavam nesta mesma moldura. A representação da sociedade que se fazia (residualmente) era relacionada aos grandes feitos da classe dominante, presentes nas coleções museológicas.

A Nova História Social, introduzindo uma preocupação com o cotidiano, com o homem comum, trabalha, também, com a história dos bastidores. Neste caminho do novo fazer historiográfico, Le Goff discutiu a transformação do conceito de monumento, demonstrando a transformação que se verificou na contemporaneidade quando as grandes esculturas e as obras arquitetônicas foram substituídas pela formação de acervos documentais como forma de registrar os fatos e feitos das sociedades européias. Essa mesma discussão alcançou a Museologia, promovendo tanto uma redefinição dos perfis das coleções, quanto da relação entre museu e comunidade.

A Nova Museologia tem a preocupação com a superação de uma compreensão de museu como espaço saudosista, estático, romântico; bem como a compreensão do acervo como exterior e exótico. A utilização do acervo como meio para uma leitura crítica do processo histórico e para a percepção do museu como espaço dinâmico que reflete o cotidiano é mais um dos referenciais que compõem a Museologia atual, aproximando-a, ainda mais, da História e da Antropologia, além de utilizar o museu como laboratório de experimentação de uma nova metodologia que deixa de privilegiar o objeto em si, passando

a tentar compreendê-lo como suporte de memória e mediador das relações, contribuindo dessa forma para uma nova valoração aos objetos museológicos, ampliando, assim, a possibilidade de objetos musealizáveis. Estes novos objetos eram, até então, vistos pelo museu como marginais, pois não carregavam a aura de importância estabelecida naquele momento.

As discussões no âmbito da museologia nos levam a compreender o patrimônio, como referência, registro do saber fazer do homem, englobando aí o produto material e o imaterial, diante a relação dinâmica que se estabelece entre eles. O patrimônio vai para além da noção das grandes edificações, das obras de arte, mas também inclui as manifestações de outra natureza, concebidas e/ou significadas pelo sujeito social, como é o caso do patrimônio natural, o artesanato, a música, as lendas, as brincadeiras, as formas de fazer a comida com as especificidades de cada contexto, por exemplo. Este raciocínio corrobora com Bruno ao afirmar que “disciplina museológica deve ser vista como uma pedagogia que contribui, especialmente, para o uso qualificado do patrimônio e uma convivência preservacionista com as referências patrimoniais.”

Considerando a memória como “escolha”, Ecléa Bosi estudou as lembranças de velhos industriários paulistas, considerando que “o que foi lembrado, é aquilo que foi escolhido para ser a história de suas vidas”. Nesta perspectiva, aquilo que define a tipologia de um museu, caracteriza as escolhas de uma comunidade para a composição de seu passado. A aproximação do museu com a comunidade na qual ele se insere não se define apenas como uma etapa posterior à formação do acervo e montagem das exposições, mas deve acontecer desde o momento de concepção do programa do museu, bem como da coleta e aquisição dos objetos a serem musealizados.

Convém destacar que as memórias construídas são capazes de criar um passado memorial, de inventar tradições e costumes. Considerando o campo dos valores como espaço de lutas sociais, a criação de espaços que resgatem a cultura popular, as escolhas de memória que definem uma comunidade, caracteriza o museu como um espaço de resistência e preservação dos grupos sociais onde estão inseridos. As políticas culturais e preservacionistas em prática no Brasil não privilegiam a participação das comunidades

onde estão inseridas os museus, bibliotecas e academias. De modo geral, o cidadão é excluído do processo de preservação de seu patrimônio artístico e cultural, sendo tratado como mero espectador, o que redonda num processo de alheamento mútuo, responsável pelo afastamento verificado entre o cidadão e o museu.

Visando reverter este quadro, alguns museus têm se preocupado em estabelecer uma relação efetiva com a comunidade, tendo como campo de atuação privilegiado a escola. Neste sentido, o papel do museu seria transformado pela utilização das tendências museográficas mais recentes, que entendem a conservação como sinônimo de resgate, reabilitação e reapropriação, extrapolando a missão de, simplesmente, salvaguardar patrimônio material. Agindo desta maneira estaremos inseridos no contexto das ações que visam a participação da comunidade nas instituições educativas e culturais, sem configurar uma condução da atividade educacional para o conformismo, e sem apresentar o acervo como uma seleção exterior e arbitrária

A preservação deve ser entendida e aplicada como ação política devendo possibilitar a difusão do patrimônio através do descortinamento, da retirada dos véus que tornam a memória nebulosa. O patrimônio se desnudo, possibilitará uma amplitude de informações, disponibilizando-as num processo de socialização. Neste processo, damos um passo maior, possibilitamos a criação do sentimento de pertença e, assim, o sujeito toma para si a responsabilidade, o compromisso da preservação, exercendo assim a sua cidadania. E o museu, passa a ter uma feição de *Fórum* e *Ágora* como tanto pregavam os romanos e gregos, espaço de discussão e reflexão, gerador de conhecimento.

Neste contexto, o museu é um espaço de memória, representação, fruição estética, reflexão e conhecimento. Vale ressaltar que este espaço mantém uma complexa teia de relações de poder onde a harmonia e o conflito se antagonizam. Este antagonismo se faz presente desde o primeiro momento quando uma peça é selecionada para compor uma determinada coleção. Para Chagas, no espaço do Museu, a vida pulsa, pois segundo ele “há uma gota de sangue em cada museu”.

Nessa perspectiva, percebe-se que a Museologia tem seguido os passos da história e de outras disciplinas na área das Ciências Humanas no seu desenvolvimento ao ampliar

suas ações, pois a ação museológica não se restringe à apresentação da representação cultural, nem compreende a cultura como um domínio de conhecimento exterior, mas pretende a aproximação do acervo junto à comunidade através de ações que valorizem as práticas culturais do grupo, reconduzidas para a valorização e significação desse acervo. O objetivo maior de todas as ações é, portanto, a “qualificação” da cultura através da interação dos técnicos com os grupos visitantes, para que se dilua a distância entre a arte produzida e o visitante, entre o produtor da obra e o consumidor.

A aproximação do museu com a comunidade tem como recurso privilegiado a integração com a escola, principalmente quando tratamos de núcleos educacionais de pequenos municípios circunvizinhos ou, mesmo, de bairros afastados. A valorização do cotidiano de tais núcleos congregadores, destacados como patrimônio cultural, possibilita um fazer museológico que, ao mesmo tempo, constrói o conhecimento e cria laços entre museu e comunidade. No processo de qualificação do cotidiano como patrimônio cultural, evidenciamos sua dinâmica e sua vitalidade, num movimento que dissocia o museu das idéias de estaticidade, exotismo e de “depósito de velharias”.

O desenvolvimento de oficinas nas escolas e atividades no interior do museu permite o compartilhamento de estratégias de coleta, formação, ordenação e conservação de acervos, sob um caráter lúdico, que também deverá contribuir para a formação de “atitudes preservacionistas”. Neste sentido, mais eficaz que a simples demonstração de processos de restauração e de trabalhos danificados pela ação do tempo e do homem, é a aplicação de técnicas e dinâmicas que configurem um processo de compreensão dos objetivos da preservação e seu reflexo no cotidiano e na História. A preservação, portanto, funda-se num processo de reflexão que se desenvolve no contexto social – escola, bairro, cidade – levando o indivíduo a perceber sua importância no grupo e a perceber-se como cidadão e agente do processo histórico.

A implantação de ações pedagógicas que valorizem o processo de elaboração da documentação do acervo, permitirá a otimização do uso das peças do museu como fonte de conhecimento, bem como seu entendimento como documento histórico. As ações deverão estimular a criatividade e instigar a curiosidade de forma que os discentes e os visitantes

como um todo se deparem com situações-problema que envolva a coleta e sistematização de informação sobre as obras de arte em exposição.

As coleções e a sua diversidade possibilitam ao docente utilizar o museu como espaço de aprendizagem e construção do conhecimento. Apesar da presença de discentes nos espaços expositivos em momentos pontuais, encontramos problemas na execução dessa atividade e o crescimento dessa estratégia pedagógica corrente nas redes públicas e provada de ensino estimulam a formulação de questões sobre a relação museu-ensino de história, pois essa atividade carece de problematização quanto a aprendizagem e a sua avaliação para verificar o resultado da atividade realizada.

A ação documental permite o envolvimento do grupo e a valorização das experiências individuais, resgatados num processo educativo que instrumentaliza o indivíduo para a produção do conhecimento ao mesmo tempo em que desconstrói o isolacionismo do técnico e da instituição. De forma semelhante, o desenvolvimento de técnicas pedagógicas que enfoque a “comunicação” enquanto ação museológica, criará condições para a interação da comunidade com o acervo.

A apresentação da exposição como problema, o estímulo à elaboração de estratégias de contextualização e seleção de trabalhos, a ordenação do espaço, bem como a montagem e a “inauguração” da exposição deverão levar os participantes a uma interação com o acervo de tal forma que, ao final do trabalho, eles próprios constituam-se em mais um poderoso elemento de comunicação e disseminação cultural. Além da função instrumentalizadora, que cria condições mais apropriadas para a apreciação e realização de estratégias de comunicação, a ação pedagógica deverá constituir-se de um caráter lúdico que favoreça a aprendizagem e a absorção de conteúdos de história e arte.

História Social e Museologia Social, assim, entrelaçam-se. Nesta perspectiva, é interessante perceber que o campo de atuação das duas áreas de conhecimento em muitos momentos de suas trajetórias foi e são, ainda, comuns. Até os anos setenta, os procedimentos metodológicos da Museologia restringiam-se, basicamente, aos museus históricos e a história neles se respaldava para reforçar a sua atuação, visto que o seu

conteúdo teórico estava registrado naqueles objetos com o testemunho reforçado daqueles espaços monumentais que representavam a força e o poder referenciado pela História vigente.

O museu como espaço de exercício da Museologia age de acordo com essa mesma concepção, quando traça sua política de atuação junto à sociedade. Constatamos isso através de várias de suas ações internas como: modos de aquisição, coleta e exposição de seus acervos. Vale ressaltar que há uma hierarquização dos objetos, a filosofia da instituição está presente e, sobretudo, na política de aquisição que na, maioria das vezes, impossibilita a uma abertura maior frente ao público, o que contribui para que a instituição dispense uma maior atenção aos objetos que são referências de um grande feito, que tenha pertencido a um personagem ilustre e assim por diante.

Anteriormente, o comportamento dos museus, no que se refere ao interesse nas suas pesquisas, se preocupava com a materialidade física e química do objeto, deixando de estudá-lo como mediador das relações sociais, por isso é importante um contato maior com o público, esse esforço se faz presente nas atividades educativas e, especialmente, no planejamento das exposições temporárias que são pensadas de maneira que a forma não subestime o conteúdo.

Caminhando, lado a lado, com a História, a Museologia tem tentado fazer com que as instituições museológicas tracem suas diretrizes dentro de uma política de feição social pela qual a comunidade participe das ações a serem desenvolvidas. Não só os museus que foram instalados dentro dessa nova visão, ma, também, daqueles inseridos numa concepção mais tradicional e que já desenham os seus programas de forma a sair do seu invólucro para desenvolver suas atividades em espaços extramuros.

A respeito dessa concepção social de ambas as disciplinas, Barreto afirma que a partir das mudanças conceituais, os museus históricos deixaram de utilizar os seus objetos apenas como matéria-prima para o estudo da História, passando também a desenvolver pesquisas em diversas áreas do conhecimento humano. Para essa autora, o (a) historiador (a) se utiliza dos objetos para interpretá-los, objetivando relatar uma história mais

inteligível, elencando as várias facetas dos fatos e acreditando na importância dessas mesmas ciências para explicar o presente e construir o futuro. Vale lembrar que não deve existir uma hierarquização na escala valorativa tanto dos objetos como dos fatos. A esse respeito, ressaltamos as considerações da autora:

é importante (...) que o historiador não deixe de relacionar a comunidade com o contexto mais amplo e que não privilegie determinado segmento da sociedade, pois, se anteriormente só se pretendia colocar uma aura especial nos objetos pertencentes à classe dominante, excluí-los e colocar só objetos dos dominados é reproduzir o modelo. Ambos os setores e suas contradições devem ser retratadas”.

Apesar de todas essas discussões, ainda se faz presente uma práxis que privilegie a hierarquização dos objetos no ambiente do museu. A grande maioria dos museus foi formada a partir de uma política de aquisição imperativa na qual a comunidade não tinha a menor participação. A preservação das coleções não acontecia como um ato político, de escolha. Esse contexto tem dificultado uma comunicação mais efetiva e eficaz das informações obtidas nas pesquisas dos mesmos, contribuindo dessa forma, para um distanciamento entre museu e comunidade. Em consequência desse fato, o museu exerce, na sua plenitude, as atividades que o caracterizam como tal. A esse respeito o ICOM define que:

O museu é uma instituição permanente, sem finalidade lucrativa, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que realiza pesquisas sobre a evidência material do homem e do seu ambiente, adquire-a, conserva-a, investiga-a comunica e exhibe-a, com finalidade de estudo, educação e fruição.

Nessa perspectiva, o museu deixa de ser aquele espaço estigmatizado como local de coisas velhas, passando a ser espaço de discussão da informação e, sobretudo, de reflexão. Seguindo esse raciocínio, este poderá ser utilizado como recurso didático pedagógico destinado ao ensino de várias áreas e, principalmente, da história devido à natureza documental dos acervos museológicos, pois o objeto contempla tanto a fruição estética

como o aprendizado sobre aspectos da vida do homem. Dessa forma, ressalta-se a importância do espaço museológico para ilustrar e enriquecer os conhecimentos de história dentre outras áreas. Já que é neste espaço que se dá o fato museal, conceito tão bem formulado por Russio, ao afirmar que existe uma “relação profunda entre o homem, sujeito que conhece, e o Objeto, parte da Realidade à qual o Homem também pertence e o sobre o qual tem o poder de agir, num cenário institucionalizado, o museu.”

Porém, para que isso aconteça se faz necessário que a Museografia, isto é, o conjunto das práticas museológicas da instituição que objetive atender a aquelas atividades preconizadas pelo ICOM. Para tanto, o museu deverá ser de fato o laboratório de experimentação da Nova Museologia, procurando se soltar das amarras de uma instituição fria, mas se voltar para um trabalho direcionado a discutir problemas atuais. Por este caminho, o museu não mais ficará isolado, nem será visto como espaço de luxo inútil. Mesmo os museus com acervos considerados tradicionais poderão realizar trabalhos extramuros abrindo seus pesados portões num convite à comunidade. Isto será possível através de um trabalho conjunto onde este realize suas ações a partir das expectativas da comunidade, qualquer acervo é passível de ser reconhecido, basta que para isso realize pesquisa e estudo a respeito do mesmo. Este raciocínio coaduna com o pensamento de John Kinard ao ser referido por Candido:

“segundo ele, toda instituição que tem o nome museu e que não têm em conta as possibilidades diversas de servir à comunidade deve repensar seu estatuto. O museu seria necessariamente um intermediário, um lócus onde as contribuições culturais das minorias devem ser expostas e compreendidas.”

Nessa perspectiva, consideramos a pertinência da idéia pela qual o museu deve ser considerado como recurso didático para o ensino de história, ao mesmo tempo em que, ressaltamos a condição dessa instituição enquanto fonte de pesquisa para aqueles que desejarem se aprofundar no estudo de diversificados temas.

O objeto museológico trabalhado poderá esclarecer muitas questões a respeito da trajetória do homem. Por isso, a sua importância está para além de possibilitar tão somente

a fruição estética ao observador. Esse modelo desenhado pela Nova Museologia em consonância com a História Social e outras ciências traz inovações que darão um redimensionamento na função social do museu, formulando propostas mais eficazes de aproximação com o público, possibilitando a este uma participação maior no desenvolvimento dos trabalhos aí realizados.

A inserção do museu no planejamento pedagógico segue uma série de requisitos objetivando o sucesso da atividade proposta, a exemplo das outras realizadas dentro do processo ensino-aprendizagem. Inicialmente é necessário realizar a escolha da instituição a partir da relação entre o acervo e o conteúdo a ser trabalhado. Ressaltamos que mesmo quando o acervo, na sua totalidade, disponibilizar apenas uma coleção que se relacione diretamente ao conteúdo, é importante que ao realizar a visita técnica o professor realizar o percurso estabelecido pela instituição numa tentativa de motivação ao aluno na produção de novos saberes. Isto porque, muitas vezes, o entendimento é de que por não ser uma instituição com as especificidades a ser tratada pelos conteúdos, esta não atenderia ao objetivo proposto.

A maioria dos museus já disponibiliza, em seu setor educativo, as visitas guiadas para as escolas que se interessa por levar seus discentes aos museus, o que contribui para o enriquecimento do projeto pedagógico, entretanto, muitas vezes é utilizado apenas o que o museu disponibiliza, sem que o docente participe de todas as fases do planejamento, o que exige uma reflexão sobre o papel do docente na elaboração da atividade.

O docente ao decidir-se pelo museu deverá recorrer à instituição para traçar o seu perfil administrativo, identificar as coleções, percorrer os espaços expositivos e inquirir sobre o projeto monitoria disponível. Essas informações são fundamentais para formatar o projeto pedagógico como também para mapear as possibilidades existentes para o desenvolvimento de projetos interdisciplinares.

Dentro do projeto pedagógico, o professor deverá incluir aulas sobre os conteúdos a serem trabalhados na visita técnica. Essas aulas objetivam fornecer conteúdos necessários para a compreensão do acervo que será encontrado no museu, pois a exposição, por si só,

não está obrigada a apresentar o conteúdo total do material em exposição, mas ela se preocupada com o que dá sentido ao objeto e motiva o visitante à produção do seu próprio conhecimento.

Quanto aos outros espaços expositivos que não estejam vinculados ao desenvolvimento do conteúdo proposto, é necessário, ainda, que o professor trabalhe com o grupo no sentido de apropriar do conteúdo disponível, desmistificando a idéia de que por não se encontrar diretamente relacionados, esses espaços expositivos são descartáveis. Este é um momento privilegiado para lançar questões, propor novas atividades e estimular os discentes a realizarem novas visitas aos museus existentes na sua cidade.

Outra ação que deve ser preparada é a avaliação do trabalho realizado na visita ao museu. Os museus realizam avaliações externas e internas, bem como disponibilizam, através de diversos meios, especialmente, o virtual, instrumentos de avaliação de forma a receber o retorno da sua atividade pedagógica. Outros, a exemplo do Museu da Vida, vinculado a FIOCRUZ, além de realizar a sua própria avaliação desenvolve projeto de pesquisa sobre a eficácia desses estudos.

O retorno dos alunos à sala de aula deverá contemplar tanto questões individuais, quanto do grupo, ao museu e mesmo à proposta apresentada pelo professor. A avaliação continua como o nó górdio da atividade docente e, especialmente, numa visita ao museu, onde ela se constitui em espaço para discussão do conteúdo, do próprio conceito de museu e de história. Isso porque mesmo com as novas tendências disseminadas na história e na museologia, ainda encontramos pontos de conservação de antigos conceitos e práticas, inclusive por parte das elites que resistem em abrir mão da exclusividade no fazer a história e os museus de guardar os registros de uma cultura dita erudita.

Os museus mantêm suas coleções, pois elas fazem parte do seu acervo, o problema não está na procedência do objeto, mas no tratamento que a ele é dado no projeto expositivo, mesmo com a história das classes das elites é possível trabalhar com os grupos subalternos de cada sociedade, especialmente quando trabalhados na sua inclusão e não exclusão do contexto no qual esteja inserido aquele objeto.

Antonio Fabiano Feijó Maia realizou uma pesquisa sobre a avaliação de uma aula realizada no museu e encontrou resultados positivos após a sistematização e análise dos dados de seu estudo. Os discentes alegram-se com a saída da sala de aula e com a ida ao museu, mas não traduzem esse sentimento em produção do conhecimento, cuja evidência se materializa no parco armazenamento de informações e construção de um saber a ser incorporado ao seu cotidiano.

Diante do exposto, busco analisar a presença do museu entre as estratégias utilizadas para dinamizar o ensino de história e encontramos na avaliação das atividades um ponto crucial da nossa discussão. A avaliação é o momento em que o professor também avalia a sua proposta e como ela atingiu os objetivos estabelecidos, visto que para cada conteúdo trabalhado em sala de aula, podemos encontrar um registro material e imaterial para sua discussão que pode ou não se encontrar musealizado.

A visita a instituições museológicas de caráter comunitário deve seguir as mesmas orientações que aquelas direcionadas às instituições mais antigas e tradicionais, isto porque ambas trazem um projeto político implícito que deve ser levado em consideração no trato dado aos conteúdos. Há, entre os mais apressados, uma atitude de substituição de uma instituição por outra. Entretanto tal opção leva aos mesmos equívocos anteriores, pois qualquer acervo está vinculado a um grupo social específico e como tal não reflete a sociedade como um todo, mas parte dela sob ângulos específicos. Portanto, o retorno à sala de aula após a visita é um momento privilegiado para as discussões das questões de classe, do conceito de história e do papel do museu na sociedade.

REFERENCIAS

- BARRETO, Margarita. **Turismo e legado cultural**. São Paulo: Papirus, 2000.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. São Paulo: T.A., 1983.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira. A Museologia como uma Pedagogia para o Patrimônio. **Ciências e Letras**, Porto Alegre, v. 31, 2002. P. 96
- CHAGAS, Mário de Souza. **Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade**. Chapecó: Argos, 2006,

DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria. Conceitos e proposições presentes em Vagues, a antologia da Nova Museologia. **Ciências e Letras** (Porto Alegre), Porto Alegre, v. 31, 2002, p.65.

HOBBSAWM, Eric. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

HORTA, Maria de Lourdes Pereira. 20 anos depois de Santiago: a declaração de Caracas, 1992. In: **Memória do pensamento contemporâneo: documentos e depoimentos**. 1995. P. 34.

JEUDY, Henri-Pierre. **Memórias do social**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

LE GOFF, J. **História e memória**. São Paulo: Campus, 1994.

MAIA, Antonio Fabiano Feijó. **A escola vai ao museu: avaliação da aula-visita ao Museu da Imperial Irmandade de Nossa Senhora da Glória do Outeiro**. Rio de Janeiro: CESGRANRIO, 2009. (dissertação de mestrado).

MENESCH, Peter. Objeto – museu – Museologia: el eterno triangulo. In: **Cuadernos de Museologia**. Lima: Museo de Arte Popular, 1994. P. 5.

RUSSIO, Waldisa. "Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação." In: **Cadernos Museológicos**, 3 Rio de Janeiro: IBPC, 1990

STUDART, Denise C. ET all. Um sistema digital para avaliação e registro a museus e centros de ciência. In: **Anais da X Reunión de La Red de Popularizacion de La Ciencia y La Tecnologia em America Latina y Caribe**, 2007; BERTOLETTI, Ana Carolina ET all. Avaliação do módulo de aprendizagem do Museu Virtual SAGRES quanto a usabilidade de um software educacional. In: **Anais do XII Simpósio Brasileiro de Informática na Educação**, 2001.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P. **Miséria da Teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.